PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA À LUZ DA TEORIA CRÍTICA*

Contemporary psychoanalytic by the critical theory

RESUMO Esta pesquisa preliminar discute os sofrimentos psíquicos contemporâneos abordados pela clínica psicanalítica, à luz da teoria crítica. Pretendemos retomar a crítica social subjacente aos conceitos da psicanálise, tendo em vista o confronto da noção de indivíduo, discutida por Horkheimer, Adorno e Marcuse, com a noção de sujeito da psicanálise. Ressaltamos a dimensão histórica da subjetividade moderna para evidenciar os mecanismos sociais que impelem os indivíduos às regressões psíquicas no capitalismo tardio, a partir da análise dos conceitos de *narcisismo*, *ego*, *imaginário* e *gozo*. O estudo da categoria indivíduo no que tange às suas contradições faz-se premente, pois essa se apresenta como um contramodelo em face das subjetividades contemporâneas imersas em condições sociais que as obrigam às demais formas de sofrimento psíquico, condizentes à irracionalidade objetiva. Trata-se do esforço de querer discutir, a partir da análise sobre as novas formas de mal-estar, os desdobramentos da sociedade contemporânea nos pressupostos antropológicos do mundo administrado.

PALAVRAS-CHAVE: TEORIA CRÍTICA. PSICANÁLISE. INDIVÍDUO. SUJEITO. MAL-ESTAR.

ABSTRACT This preliminary research discusses contemporary mental suffering addressed by the psychoanalytic clinic and enlightened by the critical theory. We intend to resume the underlying social criticism to the concepts of psychoanalysis, in confrontation with the individual notion, discussed by Horkheimer, Adorno and Marcuse, to the notion of the subject of psychoanalysis. We emphasize the historical dimension of modern subjectivity to highlight the social mechanisms that drive individuals to psychic regressions in late capitalism, through the analysis of the concepts of *narcissism*, *ego*, *imaginary* and *pleasure*. The study of individual as a concept in relation to its contradictions is a pressing need as the individuals present themselves as against the model in face of which contemporary subjectivities are immersed in social conditions that require them to other forms of psychological suffering, consistent with the objective unreasonableness. It is an effort to discuss, from the analysis of the new forms of malaise, the unfolding of contemporary society in anthropological presuppositions of the administered world.

KEY-WORDS: CRITICAL THEORY. PSYCHOANALYSIS. INDIVIDUAL. SUBJECT. MALAISE.

ANA PAULA DE ÁVILA GOMIDE¹

¹Universidade Federal de
Uberlândia (UFU),
Uberlândia/MG – Brasil.

* Este trabalho faz parte da pesquisa “Sofrimento Psíquico e Inconformismo: o mal-estar do sujeito no mundo administrado”, com o apoio e financiamento da FAPEMIG – Demanda Universal – 2014.

Na base da saúde reinante está a morte
(ADORNO, 1993, p. 50).

INTRODUÇÃO

Refletir a respeito das atuais formas de sofrimento psíquico é, entre outras coisas, uma tentativa de entender o momento histórico. Ainda que nem sempre a prática clínica leve em consideração a realidade social e histórica do sujeito, não podemos deixar de lado a defesa que Adorno (1993) fez ao longo de sua obra com relação à psicanálise ser a melhor teoria psicológica por, mais do que evidenciar a realidade inconsciente, revelar a penetração do indivíduo pela sociedade. Uma das questões mais discutidas entre os frankfurtianos foi aquela voltada para os impasses e contradições do indivíduo na modernidade. Para a teoria crítica, a maior contribuição de Freud foi a de ter lançado dúvida sobre o indivíduo autônomo, quando, ao se voltar para a psicologia privada deste e para as suas lembranças arcaicas eróticas, trouxe à luz os aspectos históricos e sociais de seus conflitos, apontando assim a noção de identidade privada como falsa, na ferrenha crítica que fez dos paradoxos encontrados nas bases materiais do processo civilizatório.

A importância da teoria freudiana como instrumento do esclarecimento foi realçada tanto por Horkheimer (1948) – ao escrever que o materialismo biológico de Freud constitui a crítica do individualismo burguês –, quanto por Adorno (2015a), ao afirmar que Freud, ao estudar a mônada psíquica, aponta para o seu aprisionamento e alienação, como também para as possibilidades de resistência do particular à adesão, à coletividade repressiva. A fragilidade da racionalidade das instituições sociais tem nos levado às regressões individuais, o que possibilita ver o quanto as categorias psicanalíticas podem fornecer um quadro teórico sobre os mecanismos psicológicos que impedem a emancipação dos sujeitos: a lógica de funcionamento social, por meio do estudo do indivíduo civilizado “adoe-

cido” e infeliz, apresenta-se nas suas queixas e sintomas.

A ambiguidade da psicanálise também foi problematizada por Horkheimer (1976a), ao analisar a insuficiência de suas intenções terapêuticas no que diz respeito ao seu elemento ideológico: a terapia consiste em devolver ao paciente a sua saúde psíquica ao reintegrá-lo à sociedade. O caráter adaptativo da terapia não é descartado por Horkheimer, que, sem se desfazer do conteúdo de verdade dos conceitos freudianos, prefere destacar suas aporias ao confrontá-las com as contradições sociais – as mesmas que levaram Freud a desvendar o destino trágico do indivíduo, sua infelicidade. Não obstante, a crítica contundente gerada pela psicanálise sobre a civilização pode se encontrar perdida por uma geração de clínicos que transformaram as intervenções terapêuticas acerca do sujeito numa mera tecnologia a serviço do status quo.¹

Tendo em vista o saber subversivo da psicanálise, bem como, as suas contradições internas, devemos agora pensar as articulações da clínica psicanalítica com a teoria crítica da sociedade. A psicanálise desde o seu surgimento tem passado por transformações e por diferentes reformulações, das quais podemos citar a teoria de Lacan, bem como, as incidências de seus achados nos saberes clínicos. Nesses termos, fazemos menção ao legado deixado por Lacan à clínica contemporânea, cujos representantes, ao fazerem uso de conceitos e de modelo de sujeito provenientes do aporte estruturalista proposto por ele para a psicanálise, têm discutido incessantemente as chamadas “novas psicopatologias”, a ponto de chegarem a afirmar que o sujeito do inconsciente sofreu uma mutação, perdendo assim o seu lugar de fazer oposição à

¹ Fazemos menção, também, ao artigo de Ramos (1998), “Uma Pessoa ‘Curada’ Numa Sociedade Doente?” que, problematizando o estruturalismo lacaniano ao apresentar suas dimensões ideológicas, critica a naturalização do sofrimento calcada na ideia de “vazio” estruturante do sujeito que acaba recaindo no conformismo, além de discutir que a ideia de “cura” mantém intocada a realidade social, ainda que a psicanálise de Lacan tivesse pretensões de desalienar o sujeito.

realidade. Ou seja, ocorreu uma virada antropológica caracterizadora dos tempos atuais, que acabou por impor um confronto de modalidades de sujeitos que se apresentam na clínica com as de tempos pretéritos. Tudo isso sugere que o aparato psíquico descrito pela psicanálise freudiana clássica tem se mostrado insuficiente para dar conta da nova sintomatologia apresentada pelos indivíduos nesta atual fase da sociedade capitalista.

Embora o foco mencionado se refira às condições da passagem da psicanálise freudiana clássica para os aportes teóricos reelaborados pela clínica lacaniana, no que diz respeito aos tipos mais recentes de sofrimentos psíquicos, a teoria crítica da sociedade de Freud já havia antecipado, em suas reformulações teóricas, tendências sobre as modificações históricas do sujeito e o declínio do indivíduo. Lembram os autores da teoria crítica que Freud não prescindiu de uma leitura a respeito do desenvolvimento tecnológico da civilização esclarecida que, paradoxalmente, ao promover maior desenvolvimento da tecnologia na modernidade aumentou o grau de opressão sobre os indivíduos. Assim, nos anos 30 e 40, Horkheimer e Adorno propuseram-se a pensar as transformações da cultura devastada pelas grandes guerras e pelo horror da barbárie dos campos de concentração com o apoio da psicanálise, a fim de se buscar, para além das questões objetivas e da crítica da razão civilizatória, “as condições subjetivas da irracionalidade objetiva” (ADORNO, 2015 a, p. 77). Ou seja, os autores sinalizaram às pesquisas em psicologia social acerca do surgimento de um novo objeto a ser investigado: tipos psicológicos suscetíveis às demais formas de totalitarismos, de indivíduos que agem contra os seus interesses racionais, com poucas possibilidades de resistência às coletividades, no contexto de uma sociedade administrada pela racionalidade formal. Os frankfurtianos discutiram acerca das modificações antropológicas relacionadas aos processos civilizatórios contemporâneos do século XX, ressaltando os conflitos de ordem narcísica e os problemas do ego como uma das descobertas freudianas

mais significativas para ilustrar o momento histórico em questão.

Marcuse (1998) no texto *A obsolescência da psicanálise* apresenta a tese de que a psicanálise foi aplicada a condições nas quais o modelo clássico de formação do ego já parecia obsoleto e inválido, inclusive, apontando para a obra freudiana “psicologia das massas” por meio da qual Freud já indicava a dissolução do indivíduo aos “agentes externos” de uma coletividade coercitiva. Os princípios da teoria freudiana tornaram-se anacrônicos na medida em que o indivíduo, enquanto encarnação do id, ego e superego tornou-se obsoleto na realidade social. Contudo, conclui o autor, a verdade e a força crítica da psicanálise não se enfraqueceram; ao contrário, a obsolescência do conceito de indivíduo só apontou o quanto o progresso social foi opressivo e homogeneizante, comprovando as teses freudianas sobre as formas irracionais de sacrifício exigidas pelo desenvolvimento da cultura.

Os padecimentos individuais serão tomados, aqui, como pontos de inflexão em direção ao indivíduo, dentro de uma leitura que visa considerar os pilares históricos de formas de sociabilização exigidas, hoje, aos sujeitos. Obviamente, as tensões existentes entre o singular e o universal serão evidenciadas, bem como, as tentativas de reconciliação forçada entre as duas instâncias promovidas pelos aparatos sociais de controle para o funcionamento adaptado dos sujeitos no maquinário social, tendo em vista o sofrimento como resultante da “normalidade” exigida pela conjuntura da sociedade, como alertou Adorno (1993) no aforismo *A saúde para a morte*.

Com relação ao nosso tema, a ideia de sujeito e as designações terminológicas lacanianas que a acompanham é reivindicada para dar conta dos processos históricos da subjetividade e os seus impasses na cultura, quando assim a tomamos, também, como uma categoria política, para além de seus aportes estruturalistas e científicos formulados por Lacan. Ou seja, não será aprofundada aqui a noção de sujeito compreendida pela psicanálise lacaniana, marcada pelos aportes

estruturalistas que apresentam o sujeito do inconsciente como efeito do Outro, do ser de linguagem. Por sua vez, algumas noções desenvolvidas por autores do campo lacaniano relacionadas aos mecanismos psíquicos que descrevem a dinâmica desse sujeito serão aqui retomadas.

É preciso ressaltar que as concepções de “indivíduo” e de “sujeito” são diferentes para Lacan (1998), pois esse concebe um ego diferente daquele apontado por Freud na segunda tópica, ainda que Freud já estivesse sinalizando para a ilusão e fraqueza dessa instância acometida pelas pulsões, tal como aqui será discutido acerca da decadência da categoria de indivíduo nas sociedades massificadas. O ego é compreendido por Lacan em sua verdade *imaginária* e alienante, distinto do que a psicanálise estipula sobre o sujeito do inconsciente (e completamente distinto do sujeito da consciência que aponta para a noção de indivíduo), o que, de acordo com alguns autores (RAMOS, 1999; LASTÓRIA, 2010), permite à psicanálise exercer novamente a sua função crítica frente às condições da totalidade social que mobilizam as disposições pulsionais do particular, para fins de dominação.

O objetivo é discutir de que forma as chamadas psicopatologias contemporâneas têm sido abordadas pela clínica psicanalítica, à luz da teoria crítica. Pensaremos alguns conceitos que apontam para o modelo de sujeito para relacioná-los à teoria crítica, ainda que a teoria lacaniana pareça irreconciliável com as análises frankfurtianas acerca das tensões entre indivíduo e sociedade. Levantamos a questão: em que medida a clínica lacaniana pode subsidiar o pensamento crítico e materialista proveniente da teoria crítica, para dar conta das novas formas de subjetivação, tendo como foco o novo mal-estar que se inscreve nas psicodinâmicas individuais? Os conceitos de *narcisismo*, *imaginário*, *gozo* e *ego* poderão esclarecer as forças opressivas do capitalismo administrado sobre o particular transformado em objeto. Faremos o confronto da noção moderna de indivíduo, problematizada pelos autores da teoria crítica com a categoria de

sujeito anunciada por Freud, e formulada pela psicanálise lacaniana que, por sua vez, apresenta as terminologias citadas. Horkheimer e Adorno mantiveram nas suas pesquisas e escritos o conceito de indivíduo como forma de estudar a sua autocontradição, ao revelarem as dificuldades desse último poder se constituir no mundo administrado.

ARTICULAÇÕES DA CLÍNICA PSICANALÍTICA COM A TEORIA CRÍTICA

Em decorrência de estudos trazidos pela clínica de orientação lacaniana, alguns autores têm afirmado que uma “nova economia psíquica” e inéditas formas de sofrimento têm aparecido no contexto de uma sociedade altamente tecnológica, sob formas de mal-estar relacionadas às afecções narcísicas (BIRMAN, 2012; ROUDINESCO, 2009) e às perversões (MELMAN, 2003). Por exemplo, Melman (2003) apresenta no conjunto de entrevistas reunidas no livro *O Homem Sem Gravidade*, que nesse contexto de mutação cultural, a perversão, em confronto com as neuroses estudadas por Freud no início do século XX, tem se tornado a estrutura psíquica mais condizente com a lógica social-econômica e discursiva, nos dias atuais, do sistema capitalista. Tal organização psíquica não é mais ancorada no recalque, como outrora, pois esta obedece a um apagamento contínuo dos próprios limites que a constituem. E isso se deve à própria dinâmica social que tem minado as formas de representação da autoridade devido à transformação econômica da passagem do capitalismo liberal para as sociedades pós-industriais que anunciam, com o seu alto grau de desenvolvimento tecnológico, a suspensão de referenciais, de interditos, de ideologias e de prescrições antes determinadas pelos conjuntos de conhecimentos e tradições de épocas pretéritas. Trata-se, também, da des-sacralização de formas de poder que constituíam as fontes de autoridade ancoradas em termos teológico-políticos, desbancadas pela autoridade hoje emanada do mercado que tudo autoriza em nome da reprodução material da sociedade. Assim, o autor alerta acerca

do quanto isso contribui para um desejo de retorno da figura paterna autoritária e pelas demais formas de autoritarismo:

Esse tipo de situação sempre conduziu ao retorno do caído, um retorno da autoridade, na maioria das vezes sob forma despótica [...]. E se pode temer, como uma evolução natural, a emergência do que eu chamaria um fascismo voluntário, não um fascismo imposto por um líder e uma doutrina, mas uma aspiração coletiva ao estabelecimento de uma autoridade que aliviaria da angústia, que viria enfim dizer novamente o que se deve e o que não se deve fazer, o que é bom e o que não é, enquanto que hoje estamos na confusão (MELMAN, 2003, p. 38).

As consequências dessa nova economia para o aparelho psíquico podem ser visualizadas nas queixas generalizadas de depressão e de usos abusivos de substâncias, como também, nas defesas narcísicas desenvolvidas pelos sujeitos pelas quais a “passagem ao ato” em forma de violência e agressividade tornou-se proeminente nas suas maneiras de ser. Tudo isso remete a um abandono da ideia de uma subjetividade rebelde, edipiana e contestatória, apresentada pelo modelo clássico freudiano sobre as neuroses, quando hoje o pensamento acaba tomando a forma de um fascismo voluntário, que pode ser evidenciado tanto na derrocada do julgamento e da reflexão por parte do sujeito para fazer oposição às pressões da vida objetiva, quanto na alta incidência de traços paranoicos em pequenos grupos, pelos quais encontramos pessoas pouco tolerantes às alteridades, e até mesmo na adesão massiva a uma autoridade impessoal ditada pelo aparato tecnológico que fabrica líderes e modelos a serem seguidos – sob formas mais diversas de explosões nacionalistas e religiosas. Mas o que é importante ressaltar é que tendo em vista a dinâmica social propiciada pela cultura de

abundância – na qual aparatos da indústria de consumo viabilizam o mercado de imagens e de ideais que padronizam e guiam os sujeitos a fim de que eles encontrem modelos de identificação –, a ideia de alguma autonomia de outrora parece ter sido enfraquecida.

Nesse viés, Melman (2013) permite enxergar a atualidade do sujeito lacaniano quando remete à noção de gozo para falar dessa sociedade de consumo que hoje convida os sujeitos a ultrapassarem, constantemente, os limites da satisfação e na qual o excesso torna-se norma: o excesso de consumo, as formas de regulamentação jurídicas utilizadas em demasia para atender demandas meramente individuais, e o bombardeio onipresente de estímulos auditivos e visuais oferecidos pela sociedade multimídia, que promovem gozos cada vez mais intensos. Essa configuração cultural e econômica tem incidido na configuração psíquica e produzido efeitos em termos antropológicos, pelos quais o autor, além de chamar a atenção para quadros depressivos diversos, identifica uma forma de “perversão generalizada”, ao afirmar que estamos lidando com uma mutação psíquica. A cultura contemporânea que visa uma satisfação imediata do sujeito e um novo código de comportamento acaba por produzir modificações no próprio sujeito do inconsciente. A divisão estrutural indicada pela psicanálise entre o desejar e o falar tende ao cancelamento, principalmente porque a nossa cultura, antes fundada na “representação”, transmuta-se em outra fundada na “apresentação”, ou seja: passamos de um regime cultural alicerçado “na evocação do lugar onde se mantinha a instância sexual suscetível de autorizar trocas” (MELMAN, 2013, p. 20), para uma realidade que oferece constantemente o objeto mesmo.

Esse funcionamento psíquico corresponde ao enfraquecimento da função paterna na cultura contemporânea como lugar de autoridade, a partir do qual se encontravam os mandamentos de valores morais e de referências para o indivíduo se respaldar e se contrapor, possibilitando tanto a sua inserção nos laços sociais e nas leis simbólicas de troca, quanto

a sua relativa autonomia com relação aos imperativos da pressão social e econômica. O mal-estar teria relação com a inconsistência do pai imaginário mediante uma sociedade regida pelos imperativos do gozo, segundo o qual se vende a ideia de que o indivíduo “autoriza-se” por si mesmo. No sistema contemporâneo, apresenta-se o fenômeno histórico de dessacralização de formas tradicionais de autoridade (família, religião, política, arte) impulsionada pelo mercado global que, desde alguns tempos, tem se tornado a autoridade máxima de regulação da vida não somente econômica, mas das relações sociais. Outras instâncias têm aparecido aos sujeitos como formas de uma autoridade socializadora e onipresente, cujos mandamentos voltam-se mais para a permissão de satisfações infantilizadas de pessoas, do que à proibição da satisfação, ou à transmissão de uma tradição moral. Além da influência do *mass media*, que hoje faz a mediação direta entre o sujeito e a sua vida em sociedade, nas quais a imprensa substituiu as fontes de sabedoria de outrora, outros fenômenos sociais e culturais podem ser levantados. Melman (2013) cita as recorrentes formas de comunidades reduzidas ao nível de clubes, que se organizam em torno de uma reivindicação comum, como se a vida social pudesse ser conduzida em termos de vontades individuais de inúmeras mônadas, e não mais por valores universais que entraram em descrédito (visualizados, por exemplo, na crise de representatividade da vida política vinculada à quebra do pacto social e de leis estabelecidas por um Estado democrático). Também lembramos as formas como as religiões funcionam nesse novo sistema, ao adotarem a diversão corporal em seus cultos para atingirem os seus fiéis e conquistarem mais adeptos. As opções desses sujeitos se fazem dentro de uma lógica de comportamento de consumidor. Isso quer dizer que determinada reivindicação identificada como insatisfação ou busca de direitos terá que necessariamente ter um objeto específico para tamponar essa insatisfação e até mesmo o desamparo do sujeito contemporâneo, como que se para

cada sentimento de desamparo, a sociedade atual tivesse que produzir ou providenciar um bem a ser consumido. Não à toa, Melman se refere à forma contratual do direito como paradigmático dessa situação; sob o discurso da igualdade, o direito é exercido cada vez mais para corrigir supostas insatisfações em vista de um conforto identificado como justo numa cultura que enaltece o bem-estar. Com o esvaziamento de um ideal de justiça universal, o direito se submete a essa nova economia psíquica ao propor uma resposta legal contratual a todas as principais causas de conflitos levantados pelas alteridades múltiplas:

O apelo do meio social ao direito é cada vez mais significativo [...]. Considerando a forclusão do terceiro, as relações hoje em dia só podem ser duais. E, inevitavelmente, essa dualidade vai contraturalizar os conflitos, isto é, conduzir a que sejam regularmente vividos como uma falta, atribuível a um ou a outro, a um contrato tácito [...].

O direito atual estipula que qualquer reivindicação é legítima e deve ser satisfeita, senão há injustiça e dolo. Não é mais aceitável que alguém fique sem realizar sua satisfação, deve ser levado remédio e a justiça terá esse encargo (MELMAN, 2013, p. 105-106).

Ao mencionar o declínio de tradicionais instâncias de autoridade que davam suporte à função simbólica da autoridade paterna, Melman sinaliza sobre a incapacidade dos sujeitos se alçarem à dimensão do simbólico que remete à questão da Lei vinculada a um amplo campo de produções socioculturais transmitidas entre diferentes gerações. A autoridade como função simbólica de Lei, por sua vez, dizia respeito ao sujeito freudiano do inconsciente, cuja relação com o mundo se dava pela falta do objeto, tendo como modelo estruturante de sujeito o complexo de Édipo. A sociedade massificada faz que os su-

jeitos se inscrevem numa dinâmica de satisfação compulsiva dentro da valorização de um hedonismo sem freios, na qual os indivíduos acabam sendo capturados pela dimensão do *imaginário* calcada nas relações duais especulares, assim condizentes com o caráter regressivo da contemporaneidade. Isso se coaduna com a chamada “cultura do narcisismo” que coloca em primeiro plano a autossatisfação de pessoas desprovidas de sentido histórico e presas às suas autoimagens redimensionadas pelos imperativos de mensagens da publicidade e da indústria de consumo. Essas cumprem a função de fornecerem modelos de identidades que deverão ser seguidas, suscitando reações de agressividade e de ódio contra aqueles que parecem não aderir a tais identidades, ou que mesmo se contraponham a elas, que acabam sendo vistos como intrusos aos ideais infantilizados mobilizados pelo todo social. Isso também corresponde ao que Roudinesco (2006, p. 52) descreve como o “culto de si” ao apresentar as novas formas de sofrimento psíquico, fenômeno por meio do qual se perfila um tipo de sujeito invadido pela angústia, fascinado pelo culto de si mesmo em busca de terapêuticas diversas, que tenta em vão realizar aquilo que o mito de Narciso apregoava: uma humanidade sem interditos, fascinada pelo poder de seu eu. Também isso pode ser visto na formulação lacaniana sobre “o mais gozar”, que Melman sintetiza a seguir:

É nisso que eu de bom grado diria que o homem novo chegou! Pois sua originalidade, sem precedente histórico, é participar de uma sociedade cujo único traço identitário é suportado por essa comunhão de gozo, a de um objeto doravante disponível para nossa cidade planetária. Por isso, também, comunhão para compartilhar de um estilo que não suporta mais a limitação ou a restrição. E, como hoje em dia o direito deve seguir a evolução dos costumes, estará presente para legitimar as mais excêntricas exi-

gências. Então, o que é novo é que o traço identitário não tem mais como referente uma língua, um ancestral, um ideal – identidades que se organizavam através do “furo” escavado pela perda do objeto, ou seja, através de um Real –, mas aquele tomado à presença doravante acessível do objeto de gozo (MELMAN, 2013, p. 181).

A nova situação do sujeito se reflete nas mais diversas formas de adições como sintomas do mal-estar, entre outros fenômenos já citados. Daí, de acordo com Roudinesco (2006), o surgimento de novas síndromes classificadas pelos manuais de psiquiatria que acabam por corresponder à cultura do narcisismo. Entram em voga os chamados estados *borderlines* em substituição aos modelos clínicos de outrora: os pacientes não parecem padecer de um recalamento de suas pulsões, mas sim de um vazio existencial que se reflete na incapacidade de estabelecer laços com quaisquer relações de alteridades, além de buscarem amenizar suas angústias em modalidades de ações voltadas tanto às compulsões quanto aos atos de explosões emocionais violentas (BIRMAN, 2012). As demandas para atender ao gozo incessantemente convocadas pela indústria cultural, bem como, o surgimento da indústria médico-farmacêutica para o tratamento desses distúrbios, testemunham o declínio da subjetividade recalcitrante antes tratada por Freud. Com a ausência de referências, o indivíduo se vê exposto, frágil e deprimido, necessitando sempre da confirmação externa providenciada pelas formas de racionalidades tecnológicas vigentes – como “as curtidas” de fotos e de postagens viabilizadas pelas redes sociais –, buscando respaldo nos tratamentos psicofarmacológicos, a fim de encontrar promessas de curas absolutas e certezas sobre as causas das doenças.

Do exposto até aqui, atentamos para a discussão acerca da *crise do sujeito* que antes, dividido entre os seus desejos e as proibições do princípio da realidade, e animado pela fal-

ta, expressava-se nos sonhos, nos atos falhos e nos sintomas neuróticos a serem decifrados enquanto linguagem. Agora, esse “sujeito bruto” também se vê reduzido a um tipo de funcionamento “puramente orgânico” de satisfação na qual o sexo, que antes era visto como a instância de trocas simbólicas de relações entre sujeitos, transformou-se em mera necessidade fisiológica, assim como a fome e a sede. Por sua vez, também as outras necessidades, que antes justificavam os avanços do processo de produção, também se tornaram mediadas pelo consumismo, além do comportamento sexual ser incitado constantemente pela indústria cultural sob o discurso da “liberdade de costumes”. Cada vez menos o inconsciente, ou a “antiga esfera ilícita do prazer” (MARCUSE, 1998), tende a atrapalhar o funcionamento social; ao contrário, serve como alimento à maquinaria, posto ter se transformado em objetos de consumo e de diversão da cultura massificada.

Nesse sentido, as considerações de Marcuse (1973) sobre o conceito de *dessublimação repressiva* se encaixam neste quadro: nas sociedades tecnológicas a dessublimação repressiva se colocou no lugar da sublimação antes descrita por Freud, ao apresentar esse mecanismo de desvio da energia libidinal para objetivos socialmente aprovados como um dos mais importantes para a realização e reconhecimento dos sujeitos na cultura, e possibilidades de transformação da realidade. Assim, a liberdade sexual não se constitui como esfera da liberdade porque se tornou agenciada pela diversão massificada que, por sua vez, respalda-se nas ideias de higiene e de saúde. Nesse ponto, Melman destaca que o homem contemporâneo faz do sexo uma mercadoria entre outras, tratando o desejo sexual não mais como um desejo, mas como uma simples atividade corporal. Essa nova situação só pode ser entendida à luz das sociedades tecnológicas. Segundo Marcuse:

Temos aqui um estágio de civilização altamente desenvolvido, em que a sociedade, ao ampliar a liber-

dade e a igualdade, subordina os indivíduos às suas exigências – em outros termos, e que o princípio da realidade se impõe por meio de uma dessublimação mais ampla, porém mais controlada. Sob essa forma histórica nova de princípio de realidade o progresso pode atuar como veículo da repressão. A satisfação melhor e maior é bem real, e, no entanto, repressiva em termos freudianos, na medida em que reduz, na psique individual, as fontes do princípio de prazer e da liberdade: a resistência pulsional – e intelectual – contra o princípio de realidade (MARCUSE, 1973, p. 106).

satisfação sexual permitida por esta sociedade é limitada à sua associação à higiene, à diversão e aos aparatos narcisistas de controle, então também se torna reduzida à lógica da razão instrumental e ao reino do natural, que pode muito bem ser vista na efemeridade de relações e de trocas de parceiros, em que pessoas se tornam meros objetos de satisfação para objetivos de desafogo fisiológico (ADORNO, 1998), sendo passíveis de serem descartadas. E, ainda, a satisfação pulsional sexual, que deveria também ser canalizada para alvos não sexuais (a filosofia, a literatura e a música, por exemplo), a fim de promover maior liberdade e a resistência intelectual e pulsional do homem na cultura, passa a ser administrada contra o princípio do prazer, revelando o caráter repressivo da época atual. Essa nova condição impõe um controle ainda mais eficaz sobre a economia pulsional dos sujeitos reduzidos à satisfação compulsiva e heterodeterminada.

A atualidade dos aportes teóricos lacanianos sobre o sujeito relaciona-se aos estudos da teoria crítica sobre as insuficiências do indivíduo no capitalismo avançado, no sentido de que as formas de sofrimento psíquico revelam o diagnóstico de uma época. A psicanálise que surge do reconhecimento da crise do indivíduo fornece elementos

conceituais para se entender as modificações históricas da subjetividade. Os aparatos de dominação produzidos pela sociedade tecnológica têm eliminado as forças de resistência do particular, ou se aproveitado de seus mecanismos subjetivos para enfraquecer quaisquer possibilidades de autonomia e liberdade que restariam aos homens numa sociedade que não preza a igualdade. O individualismo – a produção de um indivíduo ilusório – passa então a configurar o isolamento de sujeitos arrastados para a competição entre átomos sociais, condenados à autoconservação estrita, ditada pelas relações de produção. Também destacamos os sentimentos de apatia encontrados nas depressões que, para além da constituição psíquica neurótica, podem se revelar como defesa às pressões sociais insuportáveis desse modelo econômico. Cabe aqui ressaltar as análises de Kehl (2009) sobre a depressão no mundo contemporâneo. A autora, além de apresentar um quadro clínico específico acerca da posição psíquica do sujeito deprimido com relação ao discurso do Outro, diz ser essa “afecção” um sintoma social em vista dos altos índices de diagnósticos sobre ela; a depressão constitui, assim, tanto uma defesa, uma resistência de um sujeito que recusa o tempo veloz do mundo selvagem do capital, quanto um tipo de mecanismo psicológico advindo de uma estrutura neurótica que leva o sujeito a renunciar a algum saber sobre sua via desejante, o que não deixa de apontar para a configuração do todo social que prescinde da diferenciação dos sujeitos. O sujeito na contemporaneidade está mais propenso a deprimir-se, pois se encontra convocado a agir constantemente em face das demandas do mundo do trabalho, de suas pressões econômicas, da velocidade do tempo, que se impõem num mundo de automatismos e que exigem comportamentos padronizados. Os ideais em circulação nas sociedades pós-industriais que priorizam o exibicionismo e a competição contrastam com a economia psíquica do deprimido.

Pois bem, ainda que existam diferentes objetivos nas especificidades de abor-

dagens de estudo e de objeto entre a clínica contemporânea e a teoria crítica, ressaltamos as similaridades dos aspectos levantados tanto por uma quanto pela outra acerca das contraditórias relações entre indivíduo e sociedade, ou melhor, a respeito da extinção da tensão existente entre indivíduo e sociedade promovida pelos mecanismos sociais de controle da subjetividade. Não é demais mencionar que os aspectos relacionados aos temas referentes ao declínio da autoridade paterna foram justamente aqueles explorados e pesquisados pela teoria crítica, tanto por Marcuse (1998), que escreveu sobre os efeitos perversos de uma sociedade sem pai, quanto por Horkheimer e Adorno, nos seus estudos empíricos desenvolvidos no Instituto de Pesquisa Social acerca do preconceito e da personalidade autoritária, nas décadas de 40 e 50 (HORKHEIMER, 1976b). Os aspectos psicossociais ligados ao estudo da autoridade, dentro do contexto da estrutura social e econômica que incidem sobre a família moderna que, por sua vez, determinam a composição mais íntima dos homens, forneceram elementos suficientes para se estudar a matéria-prima dos movimentos irracionais de massa que apontava para a ideia da fragilização do indivíduo.

Não obstante, é preciso ter presente que, para os autores da teoria crítica o indivíduo em questão não é o sujeito do inconsciente de Lacan; trata-se de parâmetros teóricos distintos, mas que acabam convergindo para a discussão da “abolição” do sujeito, e para uma teoria crítica do sujeito psicológico, seduzido por forças sociais que contradizem os seus próprios interesses racionais. Além disso, os autores da teoria crítica têm se apropriado da segunda tópica freudiana para dar sustentação à discussão a respeito das mudanças antropológicas dentro do contexto do capitalismo avançado. Ao se voltarem para as massas entregues às tendências antidemocráticas, visualizaram nos escritos de Freud elementos para se estudar a obsolescência de seu próprio objeto de estudo. A tese dos frankfurtianos acerca do enfraquecimento

do indivíduo articula-se à discussão freudiana sobre as contradições do ego apresentadas na segunda teoria do aparelho psíquico, ao de ser uma instância que tanto preservaria as funções cognitivas do indivíduo, quanto a de ter uma parte inconsciente atrelada aos mecanismos defensivos acerca das pulsões. Essa parte inconsciente do ego referente às suas *identificações arcaicas* foi explorada no texto a respeito da psicologia das massas, pelo qual os autores da teoria crítica se respaldaram para desenvolver a temática da fragilização do indivíduo. Assim, perguntamos: até que ponto a concepção de Freud referente à fragilidade do ego não se aproximaria das reformulações lacanianas sobre o *caráter ilusório do ego* que, apesar das diferenças de conceituação entre eles, apresentam-se atuais para subsidiar uma teoria crítica acerca do sujeito no contexto do capitalismo avançado? E, ainda, a ideia desbotada de indivíduo já antevista em Freud não poderia servir como contramodelo frente aos sujeitos empobrecidos de uma nova economia psíquica? Aliás, diante das questões aqui colocadas, caberia expor resumidamente a ideia de sujeito da psicanálise laciana tendo como foco a dimensão do *imaginário*.

A concepção de sujeito foi introduzida por Lacan na psicanálise, a partir do recorte feito da filosofia moderna articulada, posteriormente, a uma leitura sobre a linguística de Saussure, em que Lacan recorre à categoria de “significante” – imagem acústica – à qual se associa um conceito como “significado” para delimitar o campo pelo qual esse sujeito se constitui e do qual ele é efeito, a saber, do campo da linguagem. É nessa situação concreta que o humano chega ao mundo e se insere na ordem humana: a partir de uma ordem familiar e social, posto que a condição de desamparo fundamental do ser humano exige a intervenção de um adulto tutelar que possibilite a ação necessária à sobrevivência, e, como decorrência, às demandas que irão se produzindo nesse humano desamparado. A partir disso, Lacan propõe a categoria de Outro para designar não somente esse adulto tu-

telar, mas também “a ordem que este adulto encarna para o ser recém-aparecido na cena de um mundo já humano, social e cultural” (ELLIA, 2004, p. 39), que é de uma “ordem inconsciente”.

Nessa relação dual que o recém-nascido estabelece com o Outro, Lacan, no ensaio sobre os complexos familiares, sistematiza sua teoria a respeito do *estádio do espelho*, que vai apontar para a teoria do *imaginário*, no sentido de que: “o reconhecimento da existência do infante seria realizado pela figura da mãe – o ‘olhar materno’ –, o que provocaria a tal alienação de si do infante [...]” (BIRMAN, 2012, p. 108). Entretanto, Lacan veio a definir esse imaginário como um engano e uma ilusão, ligado à experiência de uma clivagem entre o eu (decorrente das identificações narcísicas com o outro) e o sujeito (do inconsciente). Com a triangulação edipiana e com a emergência da imago do pai no psiquismo, o infante sairia da servidão alienante da imago materna, abrindo possibilidades para a alteridade, e, assim, para a sua ascensão à ordem simbólica.

Enfim, remetemos ao texto de Ramos (1999) que sinaliza para a importância do conceito de *imaginário* ao conceber o “eu” distinto do sujeito do inconsciente que revela a dimensão alienante desse sujeito, que, por sua vez, lança luz às forças opressivas do capitalismo administrado sobre o particular transformado em objeto. Assim:

Talvez aqui seja interessante promover um debate entre teoria crítica e psicanálise e, sugere-se, a de orientação laciana que buscou as bases filosóficas que demarcaram o sujeito do inconsciente na subversão do sujeito cartesiano, uma vez que este serviu de base à ideologia científica e à moral burguesa que sustentam uma autonomia e uma autosuficiência da consciência que, ao menos, ainda não existem. Além disso, com a estruturação do *Estádio do espelho*, Lacan possibilitou, por intermédio do conceito de

imaginário e suas implicações com a realidade, que se introduzisse na psicanálise o conceito de alienação [...] (RAMOS, 1999, s/p).

A retomada do sujeito lacaniano justifica-se, posto que Lacan (1998) concebe o estatuto do sujeito como algo distinto do ego, submetido ao processo de “clivagem do eu” e, ainda, cristalizado numa sina alienante: “Só se pode desejar o desejo do Outro da posição do objeto que o causa, na medida em que o próprio sujeito o encarnou na sua constituição para o Outro que lhe tocou em sorte” (LACAN *apud* CESAROTTO, 2011, p. 27). Ora, a ideia de um ego imaginário como *locus* de alienação do sujeito que goza como sendo objeto do desejo do Outro, não se coaduna com o ordenamento social vigente, na qual a ordem dada pela ideologia onipresente de consumo é a da abundância, em que a busca da satisfação ininterrupta e heterodeterminada torna-se o princípio máximo de estilo de vida do homem contemporâneo? Daí, remetemos aos escritos dos frankfurtianos sobre as disposições psicológicas que a ideologia da indústria cultural visa incutir nos homens, para adaptá-los à vida material reproduzida no capitalismo tardio – a ilusória ideia de liberdade, satisfação e de individualidade:

Todos têm que mostrar que se identificam integralmente com o poder de quem não cessam de receber pancadas [...]. Todos podem ser como a sociedade todo-poderosa, todos podem se tornar felizes, desde que se entreguem de corpo e alma, desde que renunciem à pretensão de felicidade. Na fraqueza deles [do indivíduo], a sociedade reconhece sua própria força e lhes confere uma parte dela (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 144).

Adorno (2015a) diz que Freud avançou na psicanálise nas suas enunciações sobre a segunda tópica ao explicitar as contradições

do ego: uma instância psíquica que, ao mesmo tempo, representa as pulsões – expressas pelos mecanismos defensivos inconscientes e identificações –, como a sociedade, em que ficam evidenciadas as funções conscientes de adaptação à realidade. A questão apresentada a respeito do ego ser dialético, explorada por Adorno, é que isso implica no conhecimento de que a consciência é tanto um fenômeno psíquico como histórico. Adorno faz referência às obras de Freud, nas quais ele discute questões relacionadas à psicologia do ego que, para o autor, tornou-se um tema de investigação no curso de desenvolvimento da psicanálise que, inicialmente, só se preocupava com o estudo do “recalcado”. Embora Adorno elogie a segunda tópica pela sua importância política de poder revelar no estudo do ego o campo das regressões dos indivíduos entregues aos “líderes”, ele também não deixa de criticar Freud por ter exaltado o ego como um sistema “autônomo” e abstrato, cuja função é a de organizar excitações psíquicas e fazer a mediação entre mundo exterior e as pulsões, dentro de um viés adaptacionista (ADORNO, 2015 a, p. 89).

Entretanto, supomos estar implícito na apropriação que Adorno faz de Freud o objetivo de salientar a dimensão dialética do ego, justamente porque, uma vez compreendida essa dimensão, além de preservar a dialética do indivíduo e da sociedade, esse conceito lança luz à questão da problemática forma de adaptação à realidade que tem restado ao homem no capitalismo tardio. Ou seja, a contradição do ego reflete e por isso esclarece a real situação do indivíduo nas sociedades administradas, pois ele tem de se ajustar a uma sociedade em que não obtém gratificações, por meio de sacrifícios desmesurados, o que o levaria às regressões psíquicas, considerando o esforço exigido para viver frente à realidade desumana. As funções cognitivas do ego não podem ser desenvolvidas numa sociedade irracional que obriga os homens a exercerem comportamentos infantilizados e à resignação aos poderes institucionalizados. Daí a importância de se destacar a atualidade da

leitura sobre o caráter ilusório do ego, como Lacan lançou luz, pois aponta para o sujeito regredido ao campo das identificações imaginárias narcísicas, incessantemente incitadas pelo *mass media*.

A partir do estudo do indivíduo face à transição do capitalismo liberal para o capitalismo avançado, entendemos a transformação histórica da subjetividade e, por isso, o ego, como um conceito cuja definição psicanalítica expressa o conflito entre o psíquico e o extrapsíquico, deve ser explorado em sua complexidade. O núcleo social da psicologia, segundo Adorno, se encontraria a partir do estudo do ego:

Se os processos de integração, tal como parecem, debilitam o ego até um valor limite, ou se, como no passado, os processos de integração podem, novamente, fortalecer o ego -até agora, só se tem perguntado a respeito. Essa pergunta deveria ser assumida pela psicologia social que penetrasse no núcleo social da psicologia, sem incorporar conceitos sociológicos; ela poderia decidir, tendo em consideração os sujeitos (ADORNO, 2015 a, p. 99).

Colocadas as dificuldades impostas às tentativas de diferenciação do sujeito e que impedem as realizações “cognitivas” e críticas do ego frente à realidade, Adorno apresenta as consequências funestas da cisão entre indivíduo e sociedade: o ego regredido, por causa de determinações externas que estão além das possibilidades do indivíduo e que, por sua vez, alimentam o sentimento de impotência dele para fazer frente às exigências sociais, esse ego acaba retraindo-se ao id, e assim mantém suas qualidades sob o primado do inconsciente.

Deste modo, as referências de Adorno ao ego da psicanálise freudiana visam esclarecer as novas formas de subjetivação correspondentes às transformações socioeconômicas do capitalismo tardio, de uma cultura marca-

da pela padronização e pressão totalitária dos imperativos de gozo provenientes de uma cultura massificada. As agências de publicidade e os seus mecanismos de controle, mobilizando e se apropriando desses comportamentos regressivos, convertem os comportamentos narcísistas em modelos de comportamento social mais condizentes à irracionalidade objetiva. Nessa direção, veremos que tais questões estão relacionadas com um dos fatores que têm a ver com as limitações da psicanálise clássica freudiana no capitalismo tardio, que é a questão da obsolescência da divisão entre consciência e inconsciente (ADORNO, 2015b). Ou seja, o poder social não tem mais necessidade de um ego forte, mediador, como era requerido na época liberal do capitalismo; no século XIX, a racionalidade era mais predominante, pois providenciada pelos modos de sustentação de uma aparelhagem econômica e social calcada na competição e na relativa autonomia da esfera cultural em relação à reprodução material, na qual se exigia uma formação mais diferenciada do indivíduo, ainda que a sociedade estivesse apoiada na divisão entre classes e na opressão social. Hoje, a sociedade administrada exige que os indivíduos sejam formados exclusivamente para a adaptação, em que só se torna tolerado enquanto indivíduo desde “que sua identidade incondicional com o universal esteja fora de questão” sob os mecanismos da indústria cultural (HORKHEIMER & ADORNO, 1985, p. 144). Por sua vez, lembram os frankfurtianos que a individuação jamais chegou a se realizar de fato, pois atravessada por contradições sociais desde o início da era burguesa. Para uma relação com a clínica atual, isto tem a ver com a questão também apontada por Adorno de que os conflitos psicológicos, atualmente, se dão mais na área do narcisismo, enquanto que as neuroses clássicas, estudadas, retrocedem. É o que entendemos da citação a seguir:

No narcisismo, a função autoconservadora do ego pelo menos em aparência fica preservada, mas, por sua vez, o ego fica cindido da fun-

ção da consciência e entregue à irracionalidade. “Cachet” narcisista tem todos os mecanismos de defesa: o ego experimenta como ferida narcisista tanto sua debilidade frente à pulsão como sua impotência real (ADORNO, 2015a, p. 109).

Dessa forma, a noção freudiana de *narcisismo* foi apropriada por Adorno em suas discussões para poder elucidar os mecanismos subjetivos que se encontram na base dos fenômenos coletivos autoritários de massa. É a partir dos avanços das reformulações freudianas sobre o aparelho psíquico, a sua teoria da pulsão, que Freud apresenta o conceito de *narcisismo*, a partir do qual Adorno pôde entrever a realização de forças sociais nos mecanismos mais íntimos dos sujeitos.

Na aproximação possível entre Adorno e Lacan, podemos lançar a ideia de que ambos concordam que o ego deve ser desconstruído e explorado, dialeticamente, em sua gênese e estrutura, pois seu “núcleo social” (de acordo com Adorno), ou suas identificações narcísicas imaginárias (segundo Lacan) devem ser esclarecidos, por poder revelar a pouca consistência do indivíduo, sua fragilidade nesta sociedade. Dadas as diferenças epistemológicas e metodológicas entre a concepção de sujeito lacaniano e a concepção da teoria crítica sobre indivíduo e sociedade, articular as duas concepções sobre o particular pode fornecer uma verdadeira crítica sobre a situação do sujeito atual. Aliás, as considerações sobre a gênese do ego remetem à psicanálise que se desdobra para compreender as novas formas de mal-estar mobilizadas pelas formas de sociabilização impostas aos sujeitos, pois iluminam os mecanismos psíquicos que se tornaram objeto de manipulação por parte de sofisticados meios de controle da subjetividade. Entretanto, a teoria crítica volta-se para o conceito de indivíduo, revelando sua autocontradição, a fim de se poder escancarar a impossibilidade embutida no ideal liberal de indivíduo nesta sociedade, de modo diferente da psicanálise lacaniana, que se volta para a questão das produções sintomáticas do sujei-

to, e na qual a ideia de indivíduo é ilusória. Não obstante, é importante lembrar que Lacan, ao fazer uma releitura a respeito da problemática do mal-estar em Freud, afirmou que o que caracteriza o mal-estar na contemporaneidade seria a humilhação da figura paterna, cuja autoridade se enfraqueceu no interior da família burguesa, devido à dinâmica econômica da passagem do capitalismo liberal para as sociedades pós-industriais (ROUDINESCO, 1994).

Embora o conceito de indivíduo tenha sido criticado por Horkheimer e Adorno (1995) como uma categoria ideológica – a apologia do indivíduo apartado da sociedade é uma ideologia, assim como, a ideia de autonomia também se tornou – paradoxalmente, como instrumento conceitual, este passa a servir de contramodelo frente às condições sociais que obrigam os sujeitos às regressões psíquicas. No sentido de uma negação determinada, fazer a defesa do indivíduo faz-se necessária como crítica à totalidade social que tem extinguido os sujeitos.

Aquilo que a noção liberal de indivíduo prometia se enfraqueceu com os avanços das sociedades massificadas, embora a “promessa de liberdade” tenha sempre mostrado ser uma ideologia nas sociedades de classe. Na medida em que os conceitos freudianos estavam ligados a um modelo capitalista clássico liberal na aurora de sua decadência, eles subsidiavam a subsequente evolução histórica de uma realidade psíquica: a corrosão do indivíduo e do seu contexto imediato, a família (JACOBY, 1977). Assim, Horkheimer e Adorno se respaldaram na teoria freudiana para escancarar a impossibilidade daquele ideal liberal de sujeito na sociedade administrada, pois, com a centralização e sincronização do mercado, o indivíduo também perdeu as suas fontes privadas e relativamente autônomas de subsistência. Diz Horkheimer que:

Assim, o sujeito da razão individual tende a tornar-se um ego encolhido, cativo do presente evanescente, esquecendo o uso das funções intelectuais pelas quais outrora era

capaz de transcender a sua real posição na realidade. Essas funções são hoje assumidas pelas grandes forças sociais econômicas da época. O futuro do indivíduo depende cada vez menos da sua própria prudência e cada vez mais das disputas nacionais e internacionais entre os colossos do poder. A individualidade perdeu sua base econômica (HORKHEIMER, 1976c, p. 151).

A dimensão histórica da subjetividade moderna aqui ressaltada também se encontra na *Dialética do Esclarecimento*, obra na qual Horkheimer e Adorno (1985) apresentaram a gênese da individualidade e o seu declínio no desenvolvimento histórico da modernidade sob a vigência da razão autoconservadora. Dentro dessa heteronomia generalizada os autores chegam à conclusão de que a mônada psíquica freudiana tornou-se retrógrada. Assim:

A psicanálise apresentou a pequena empresa interior que assim constituiu uma dinâmica complicada do inconsciente e do consciente, do id, ego e superego. No conflito com o superego, a instância do controle social no indivíduo, o ego mantém as pulsões dentro dos limites da autoconservação [...]. Mas, na era das grandes corporações e das guerras mundiais, a mediação do processo social através das inúmeras mônadas mostra-se retrógrada. Os sujeitos da economia pulsional são expropriados psicologicamente e essa economia é gerida racionalmente pela própria sociedade (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 189).

Mediante as formas de dominação do particular no mundo contemporâneo, o sujeito freudiano encarna a possibilidade de resistência no sentido de se tornar um nega-

tivo da forma de existência assumida, hoje, pelos sujeitos regredidos da nova economia psíquica apresentada pela clínica. Como foi apontado, a crítica à ideia de liberdade e de autonomia dos indivíduos também já estava presente nos postulados freudianos sobre as relações dissonantes do neurótico com a cultura, nas suas descobertas acerca da descentralidade do sujeito da consciência e a respeito do mal-estar irreduzível entre o indivíduo e a civilização. Mas, ainda que problemático e acometido por regressões psíquicas advindas das contradições sociais da sociedade burguesa, o indivíduo freudiano não poderia representar uma regressão menor do que os sujeitos que vivem sob o domínio das sociedades capitalistas avançadas? O superego de outrora apontava para a interiorização da autoridade na psicologia (ainda que de forma irracional e problemática) e, no capitalismo tardio, os “átomos sociais pós-psicológicos” substituem seu superego pela identificação à coletividade massificante. Isso corresponde à nova economia psíquica calcada nas concepções de Lacan sobre o superego, descrita como uma instância que prescreve o gozo de um sujeito capturado pela demanda do Outro – o imperativo “Goza”! Esta concepção não se coaduna melhor com a discussão aqui trazida sobre as demandas exigidas aos sujeitos no mundo administrado, que sancionam um estilo de vida social na qual não mais se deve suportar a limitação ou a restrição? E, com relação ao ego descrito por Freud, tal instância era a parte da personalidade capaz de apreciar a realidade, integrar as demais partes e atuar como consciência, mas, na sociedade irracional, o ego se fragilizou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, as atuais formas de afecções psíquicas revelam as condições subjetivas do mundo administrado, além de trazer à luz a hegemonia do econômico acerca do psiquismo, sendo que, para um melhor entendimento da dominação do particular pelo todo, a terminologia lacaniana sobre o sujei-

to parece oferecer instrumentos conceituais mais precisos para a análise em confronto com uma teoria crítica da psicanálise. A clínica lacaniana tem se ocupado das afecções atuais a fim de se buscar as bases constitutivas desse sujeito que devem ser contextualizadas, para além de seus aportes estruturalistas. A sociedade contemporânea cria obstáculos

cada vez mais sofisticados à possibilidade de emancipação, em contradição com o grau de desenvolvimento da vida material que poderia realizar as condições de uma vida mais digna, a saber: uma vida sem angústia e sem a obrigatoriedade ao trabalho e ao consumo compulsivo, prevalecendo a autonomia da decisão individual para a abertura ao novo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. “Aldous Huxley e a Utopia”. In: ADORNO, T. W. **Prismas**. São Paulo: Ática, 1998.
- ADORNO, T. W. **Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada**. São Paulo: Ática, 1993.
- ADORNO, T. W. “Sobre a Relação entre Sociologia e Psicologia”. In: ADORNO, Theodor W. **Theodor W. Adorno – Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora UNESP, 2015a.
- ADORNO, T. W. “Teoria Freudiana e o Padrão da Propaganda Fascista”. In: ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre Psicologia Social e Psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015b.
- ADORNO, T. W. et al. **The Authoritarian Personality**. New York: Harper & Brother, 1950.
- BIRMAN, J. **O sujeito na contemporaneidade – espaço, dor e desalento na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CESAROTO, O. (Org.). **Idéias de Lacan**. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- ELIA, L. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FREUD, S. “O Mal-Estar na Civilização”. In: **Obras Completas**. V.XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, S. “Psicologia de Grupo e a Análise do Ego”. In: **Obras Completas**. V.XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GOMIDE, APA. “Psicanálise e Teoria Social à Luz da Teoria Crítica de T.W. Adorno”. In: **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. Vol. 31, n. 1, 2011.
- HORKHEIMER, M. “Ascensão e Declínio do Indivíduo”. In: HORKHEIMER, M. **Eclipse da Razão**. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976c.
- HORKHEIMER, M. “El Psicoanálisis desde el punto de vista de la sociología”. In: HORKHEIMER, Max. **Sociedad em transición: estudios de filosofía social**. Tradução de Joan Godo Costa. Barcelona: Ediciones Península, p. 187-198, 1976a.
- HORKHEIMER, M. “Ernst Simmel and Freudian Philosophy”. In: **The International Journal of Psycho-Analysis** 29, jan. 1948.
- HORKHEIMER, M. “Prejuicio y Carácter”. In: HORKHEIMER, M. **Sociedad em transición: estudios de filosofía social**. Tradução de Joan Godo Costa. Barcelona: Ediciones Península, p. 167-178, 1976b.

HORKHEIMER, M & ADORNO, T. W. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

JACOBY, R. **Amnésia Social – Uma Crítica à psicologia Conformista de Adler a Laing**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

KEHL, M. R. **O Tempo e o Cão – a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, J. **Os Complexos Familiares na Formação do Indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LASTÓRIA, L. N. “Sociedade, Linguagem e Subjetividade”. In: ZUIN, A. PUCCI, B. (Orgs.). **Teoria Crítica e Inconformismo – Novas perspectivas de pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2010.

MARCUSE, H. **A Ideologia da Sociedade Industrial – O Homem Unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARCUSE, H. “A Obsolescência da Psicanálise”. In: MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MELMAN, C. **O Homem sem Gravidade: Gozar a qualquer preço**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

RAMOS, C. “Elementos para uma psicologia do sujeito cativo”. In: **Revista Psicologia USP**. São Paulo, v. 10, n. 2, 1999.

RAMOS, C. “Uma pessoa curada numa sociedade doente?”. In: CARONE, I. (Org.). **Psicanálise fim de século – Ensaios críticos**. São Paulo: Hacker Editores, 1998.

ROUDINESCO, E. “Medicina, Psiquiatria e Psicanálise: semiologia do sujeito”. In: ROUDINESCO, E. **Em defesa da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ROUDINESCO, E & PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

WIGGERSHAUS, R. (2002). **A Escola de Frankfurt – História, desenvolvimento teórico, significação política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

DADOS DA AUTORA

ANA PAULA DE ÁVILA GOMIDE

Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG – Brasil. anapag2@gmail.com

Submetido em: 3-8-2017

Aceito em: 23-10-2017